

FASCISMO ETERNO E A REPETIÇÃO DO NOVO

ETERNAL FASCISM AND THE REPETITION OF THE NEW

Juliana Medeiros¹

Resumo: Este trabalho apresenta a relação do fascismo eterno com o contexto brasileiro, em que a realidade é atacada e as relações violentas são enaltecidas. Os discursos saudosos são frequentes, concomitantemente às promessas de um novo que fará o resgate da crise. A vivência do desamparo, da onipotência e do que não é mediado pela satisfação pode contribuir com marcas no sujeito que busca substitutos que amparem: o líder e a massa, vinculados pela idealização. A hostilidade é colocada para fora da massa, recebendo a agressão da indiferença e da desumanização. Este artigo questiona uma repetição mortífera, em que o novo não passa de um passado disfarçado.

Palavras-chave: Desamparo. Líder. Massa. Repetição. Psicanálise.

Abstract: This article presents the relationship of the eternal fascism with the Brazilian context, in which reality is attacked and the relations grounded in force and violence are praised. The nostalgic discourses related to the past are frequent, and coincide with promises of something new that will redeem the current crisis. The perception of being unsupported, omnipotence and the unsolved can contribute with marks on a subject that permanently search for a replacement shelter: the leader and the crowd, linked by identification and idealization. The human hostility predicted is externalized from the crowd (us) to "them", the group that receives an aggression based on the indifference and dehumanization. Therefore, this article questions a deadly repetition, in which the new is nothing but a disguised past.

Keywords: Helplessness. Leader. Crowd. Violence. Repetition. Psychoanalysis.

Para que minha casa funcione, exijo de mim como primeiro dever que eu seja sonsa, que eu não exerça a minha revolta e o meu amor, guardados. Se eu não for sonsa, minha casa estremece. Eu devo ter esquecido que embaixo da casa está o terreno, o chão onde nova casa poderia ser erguida. Enquanto isso dormimos e falsamente nos salvamos (Lispector, 1986).

INTRODUÇÃO

Este trabalho, com o objetivo de, por meio da psicanálise, pensar os discursos e as ações atuais que possam estar atravessados pela política fascista, foi dividido em cinco tópicos. Na introdução, serão apresentadas as características do fascismo. Em sequência, se pensará sobre a flexibilidade do conceito de fas-

¹ Psicóloga, psicanalista em formação e membro associado da Sigmund Freud Associação Psicanalítica.
E-mail: julianamazevedo@hotmail.com

cismo e seus múltiplos entendimentos. Logo, serão expostos os possíveis ruídos das marcas do desamparo e da onipotência no sujeito, bem como a busca por substitutos, desencadeando o quarto tópico, em que será discutida a formação do líder e da massa. No último tópico, será pensada a violência da massa em relação aos outros e à sua repetição.

Começarei expondo diferentes características para descrever certa conjuntura. O primeiro elemento que apresento é a existência do culto à tradição. De um lado, existe um passado mitificado, idealizado e glorioso. Do outro, um desejo de retorno a esse lugar cuja pureza foi tragicamente destruída. Há, inegavelmente, uma repetição de conteúdo nessas mitificações, pela qual se aspiram os tempos de glória e a soberania de específicos modelos de existência, como, por exemplo, da família patriarcal. A invenção de um passado idealizado envolve o apagamento de realidades inconvenientes, exemplificado por uma manifestação recente, em Porto Alegre, na qual civis pediam o retorno da Ditadura Militar como se a realidade de inúmeras pessoas desaparecidas e mortas fosse negada. O mito é criado, rompem-se as emoções de nostalgia, tornando-as motoras para a execução dos ideais propostos. Ideais que planejam resgatar esse contexto de uma crise responsável pelo declínio de tal glória. Ao mesmo tempo que se deseja o passado, de modo algum é o passado histórico real que é, de fato, desejado.

Os espaços de produções de saberes, de informações e de linguagens são constantemente agredidos, de modo que um único ponto de vista é legitimado, restando como únicas sustentações das relações a lógica de poder e identitária. As instituições de ensino são menosprezadas como fontes de conhecimento, tornando-se reconhecidas como organizações que divulgam planos ideológicos, como o abandono dos valores tradicionais, sob a aparência de pesquisa. Assim, se reduz o debate a um conflito ideológico, e a educação, que antes poderia tornar-se uma notória ameaça a esse contexto, passa a ser instrumento de sustentação de tal conflito.

É inegável que existe um desafio em propagar uma conjuntura que irá prejudicar um grande grupo de pessoas. Sendo assim, revela-se a função da propaganda em distorcer a realidade, colocando-a em constante suspeita. As teorias da conspiração tornam-se a moeda de troca nas relações, fazendo com que os sujeitos se deparem com a falta de uma realidade comum que sirva de sustento para que suas próprias vozes ecoem. O medo e a raiva são instalados no lugar do debate. A repetição das irrealidades faz parte do processo que desordena os espaços de informações, e o sincretismo que ocorre nessa situação permite que as combinações de diversas crenças e práticas contraditórias sejam não apenas toleradas, mas justificadas. Por mais que, de fato, exista nesse contexto uma crise, o entendimento desta é criado, assim como os responsáveis por esta também.

Com a frustração decorrente da crise, assim como o clima de desconfiança instaurado em relação às instituições e aos próprios pares, encontra-se alívio em uma figura de confiança, o líder. Esse representante, em suas declarações, desfruta do poder de substituir a realidade e a autoridade para que todas as suas ações sejam incontestavelmente justificadas, sem que se exijam quaisquer reflexões. Nessa configuração, o sincretismo não aceita críticas, pois questionamentos concedem a possibilidade de ampliar o pensar e, conseqüentemente, de gerar distinções. O desacordo não é admitido como avanço, mas como traição, pois é um indicativo de diversidade. Esta, por sua vez, não pode ser tolerada quando se deseja manter o medo da diferença.

ARTIGO

A hierarquia, nesse cenário, é interpretada como consequência da própria natureza, portanto negá-la seria equivalente a contrariar uma lei natural, que estabelece ordem e classificação. Os traços que se apresentam como mais acentuados são a busca da hegemonia e a divisão. Estas são capazes de manifestarem-se de formas impetuosas ao conseguirem fragmentar uma população numerosa entre “Nós” e “eles”. “Eles” são perigosos e fazem com que “Nós” necessitemos de proteção e, por vezes, de força para atacá-los e, assim, mantendo a salvo a integridade do grupo. “Nós” como os cidadãos legítimos, “eles”, os criminosos. “Nós” representantes do imaculado, dos trabalhadores que conquistaram e ainda conquistam tudo pela luta e mérito. “Eles” são indolentes, sustentam-se à custa dos bens que “Nós” produzimos.

Qualquer prosperidade que se efetua nos grupos minorizados faz com que surjam sentimentos de vitimização na população dominante, sensações estas que o líder utiliza como dispositivo para a criação de uma noção identitária de grupo. Noção que pode amparar-se em diversos componentes, como na cor da pele, na religião, na tradição, na origem étnica. Seja qual for o caso, há sempre uma confrontação com um “outro”, contra o qual a nação se define. São esses “outros” que, por serem os inimigos, fornecem uma identidade e união ao grupo dominante, que se sente humilhado por “eles”. Assim, a violência, agora purificadora e redentora, ocupa papel central nas práticas dessas relações, entre as quais se deseja a eliminação do outro que assombra. Esse contexto baseia-se em um “populismo qualitativo”, contrário a uma conjuntura em que a decisão da maioria é outorgada. Nessa política, os indivíduos isolados não têm direitos e a população é compreendida como uma qualidade, ou seja, uma única entidade que retém um único desejo, o qual é interpretado e apresentado pelo seu líder.

O cenário apresentado até o momento foi um recurso para exhibir as típicas características e estratégias das políticas fascistas propostas pelos filósofos Jason Stanley (2018) e Umberto Eco (2020). Eco apresenta o sistema nomeado de “fascismo eterno”, no qual exhibe tais características apresentadas, que, por vezes, se contradizem, mas são típicas nas formas de fascismo. A presença de uma delas já é o suficiente para que se vislumbre uma névoa fascista, mesmo em um regime teoricamente democrático.

A FLEXIBILIDADE DO CONCEITO

De fato, como relembram Singer et al. (2020), não existe um único entendimento entre os estudiosos sobre a definição de fascismo, sendo este um tema que causa acaloradas discussões. Em parte, pode-se encontrar explicação para a proporção de tais desacordos na própria etimologia do fenômeno que expressa confusas identificações. O fascismo italiano, conhecido como fascismo clássico, foi apresentado como contrarrevolucionário com práticas e ideias reacionárias. Gerava suspeita em relação ao mundo intelectual e flertava com a tecnologia, declarava-se antiliberal e mantinha relações íntimas com as elites. Havia uma retórica salvadora e pregava a violência, discursava sobre o povo, mas este era impossibilitado de expressar os seus próprios discursos. Leandro Konder (1979) nomeia essas contradições de flexibilidade ideológica, situação em que ocorrem a supressão da teoria e a exaltação da ação, resultando, do relativismo presente no discurso, a captura de diferentes sujeitos.

Frederico Finchelstein (2020) identifica o fascismo como uma política não democrática, autoritária de extrema direita, que incentiva a violência e a

intolerância contra as diferenças. Para o historiador, é possível a analogia entre os fascismos europeus e suas manifestações latino-americanas, desde que não se negligencie a diferença existente entre os contextos históricos, políticos e sociais. Assim, o fascismo pode apresentar-se simultaneamente em três formas: ideologia, movimento, e, eventualmente, regime. Apesar de a literatura sobre fascismo ser extensa e contraditória, destaco Eco (2020), que entende que um regime não precisa ser como o do Mussolini para ser reconhecido como fascista, pois, quando há a repetição de práticas e ações que sustentam determinada circunstância, o fascismo pode ser eterno.

O contexto brasileiro tem sido cenário de conflitos que se proliferam por meio de discursos e ações de ódio. Há exclusão de uma parcela da população que não ocorre de forma oculta, mas que é explicitamente esbravejada: “Ou as minorias se adequam ou simplesmente desaparecem”. A violência é legitimada e os gestos de armas, que a ela fazem referência, banalizados. O cenário de uma pandemia mundial torna-se palco para o desamparo alheio, em que os sujeitos não são escutados e protegidos pelo Estado, que se irresponsabiliza de seus compromissos com um ruído e constante “E daí?”. A ciência promove balbúrdia. O vírus que mata é desmentido e as mortes são apenas números manipulados.

Este trabalho não tem como objetivo elucidar a complexa (porém indispensável) discussão teórica sobre a natureza do fascismo, assim como a sua organização brasileira representada pelo integralismo. Entretanto, deseja-se, usando da psicanálise como instrumento, pensar os discursos e as ações atuais que possam estar atravessados por essa política. Neste momento histórico é inevitável refletir sobre essa temática para que se consiga abrir novos caminhos de compreensão sobre as violências e os sofrimentos atuais. A partir desse contexto de ações do Estado, da brutalidade, dos pactos perversos, dos “E daí”, da exclusão, das promessas, do mito, da banalização do sofrimento, escrevo o meu primeiro trabalho da formação psicanalítica, assim como descubro e penso sobre o papel da escuta.

OS RUÍDOS DAS MARCAS DO DESAMPARO E DA ONIPOTÊNCIA

Sigmund Freud, em *O mal-estar na civilização* (1996e), destaca a mudança de concepção sobre o processo psíquico do esquecimento: da existência de uma aniquilação do resíduo mnêmico para a preservação de tudo o que ocorre na vida mental e a possibilidade de estes materiais serem trazidos à luz. Assim sendo, pode-se pensar que o sentimento de um ego rudimentar, diferente do ego adulto, não é aniquilado. Freud (1996c) aponta a presença de um desamparo psíquico experimentado no momento em que o ego ainda encontra-se imaturo. E que, apesar de existir uma tendência de as angústias mais antigas perderem a sua força à medida que o ego se desenvolve, estas têm também possibilidade de se manifestarem em um período posterior e, assim, entrarem em ação provocando angústia ao ego.

O desamparo, por Joel Birman (2003), é tomado como provedor de significativas marcas no sujeito. Esse momento, que é estruturante na construção do psiquismo, faz parte da experiência humana universal que evidencia a fragilidade estrutural dos sujeitos e a dependência de um outro para que haja a possibilidade de constituição de um aparelho psíquico. Em 1895, no *Projeto para uma psicologia científica*, Freud (1996f) diz que a experiência de desamparo é

ARTIGO

relacionada à vivência de satisfação no recém-nascido, em que é fundamental a presença de um outro responsável por exercer a ação específica, garantindo a sobrevivência do bebê e possivelmente pondo fim à tensão interna. Quem realiza a função materna que acolhe a criança dos perigos externos e internos torna-se o primeiro objeto amoroso onipotente. Em seguida, este objeto é substituído por um terceiro, a figura de um pai, que também protege, mas concomitantemente ameaça (Freud, 1996d).

Faz parte também da experiência de satisfação do recém-nascido a revivência narcísica dos pais que colocam o bebê em posição de “Sua Majestade” atribuindo todas as perfeições à criança, e permitindo com que ela tenha a favor de seu próprio narcisismo a renúncia das exigências culturais em benefício do seu próprio prazer. Esse tempo estruturante para a constituição do Eu é conhecido por ser a formação da instância de ego ideal. Segundo Jean Laplanche e Pedro Pontalis (1988), ego ideal é um “ideal narcísico de onipotência forjado a partir do modelo do narcisismo infantil”. O sujeito vê-se esforçando-se para renunciar a esse tempo de perfeição narcísica de sua infância, visto que há uma dificuldade psíquica de abandonar uma satisfação experimentada que moveu quantidade significativa de libido. O homem conta com o seu próprio julgamento crítico e as demandas do externo para instaurar a busca de substitutos do seu narcisismo infantil por meio do qual ele era seu próprio ideal (Freud, 1996h).

Da mesma forma, a segunda teoria das pulsões dispõe de grande importância para pensar no desamparo do sujeito na medida em que a presença impetuosa da pulsão de morte revela a existência no psíquico do não representado. Ou seja, da pulsão não alcançada pela inscrição de satisfação mediada pelo objeto. O sujeito se vê inundado pela pressão incessante de forças pulsionais. Portanto, na experiência do desamparo, o trabalho do indivíduo torna-se o de compor novos circuitos para administrar satisfatoriamente as intensidades que lhe atravessam e, com isso, criar diferentes derivações simbólicas para os excessos (Birman, 2003).

Em contrapartida à pulsão de morte, há na pulsão de vida uma relação entre a libido do ego e a libido objetal, na qual, quando uma é mais utilizada, a outra esvazia-se, caracterizando uma organização contínua do sujeito. O exemplo proposto por Freud (1996h) é do apaixonamento. Tal satisfação demonstra a acentuação do investimento objetal, em que, por determinado tempo, o sujeito parece abdicar do seu próprio eu.

A abdicação do narcisismo primário e o direcionamento da libido para um ideal do ego externo se fazem necessários para o desenvolvimento psíquico. Assim, possibilita-se a busca por objetos, proporcionando o encontro com a alteridade e afastando o sujeito da posição de ego ideal. Se essa tramitação é impedida, como no caso da melancolia, o ego, impossibilitado do encontro com os objetos externos, torna-se o seu próprio objeto de satisfação (Calheiros, 2014).

É importante pensar no processo de idealização, proposto por Freud (1996h), em que o objeto é exaltado e glorificado no psiquismo do indivíduo. Conforme Calheiros (2014), a idealização ocorre também nas vinculações da melancolia, em que o sujeito, incapaz de contar com seu próprio ideal e com a intenção de alcançar a perfeição narcísica perdida, coloca o objeto no lugar de ideal. Dessa forma, há uma renúncia por parte do ego da libido narcísica, pregando os investimentos em um objeto alienante.

Articulando as ideias apresentadas até o momento, em que há uma tendência do psiquismo de regressar aos tempos de intenso investimento libidinal, retomamos o que Eco (2020) anuncia sobre o “fascismo eterno”, em que existe um desejo de retorno ao passado perdido e idealizado, ainda que nós não sejamos capazes de explicar o que há nele. Então, o que há nele? Para onde desejamos retornar? Para a escravidão em que negros e indígenas eram desapossados de suas condições de sujeitos e situados como mercadorias? Aos tempos de ditadura, quando pessoas eram torturadas? Para quando os direitos humanos não eram assegurados pela Constituição? Quando as mulheres não tinham o direito ao voto? Para quando as piadas preconceituosas eram “só brincadeiras inofensivas”? Ou, para aquele momento em que nós, no lugar da onipotência, não nos sentíamos desamparados? Aquele tempo em que nos víamos em uma cena narcísica de completude segurando nossas coroas de majestades, e soltá-las agora ainda não nos parece opção.

Seria, então, o discernimento da nossa fragilidade, mortalidade e vulnerabilidade que nos provoca uma busca incessante por substitutos para lidar com essas marcas do desamparo e da onipotência? Diante da percepção de uma crise sobre a qual não se tem controle, a frustração e as emoções nostálgicas são motoras para a busca no exterior do ideal do Eu, mas o que acontece com o ideal que não é satisfeito? E o que ocorre quando o desamparo é negado e não transformado em recurso? Freud (1996d; 1996e) formula que é a defesa contra o desamparo infantil, o medo e, ao mesmo tempo, a intensa necessidade de proteção do pai, a busca por substitutos e o amedrontamento de um “poder superior do Destino” que incentivam a busca pela religião, e que incentivam o que nos interessa neste trabalho: a necessidade de um líder. Assim, é possível pensar em um arquétipo infantil que de forma alguma é cessado, no qual o homem está fadado à condição de desamparo que denuncia a sua dependência inevitável e, também, viabiliza entender a formação de relações com outros, em que ocorrem renúncias pulsionais, mas se evita o temor que o desamparo causa.

A FORMAÇÃO DA RELAÇÃO DE LÍDER E DA MASSA

O fascismo cresce no contexto em que há espaço apenas para incertezas em relação ao futuro, tornando-se uma estratégia para lidar com a frustração. Foi em uma situação de instabilidade econômica e descrença com o governo que Jair Bolsonaro, o “mito”, é anunciado como o único capaz de salvar o Brasil. Vale lembrar um dos significados de “mito” encontrado nos dicionários como: “relato fantástico de tradição oral, ger. protagonizado por seres que encarnam as forças da natureza e os aspectos gerais da condição humana; lenda”. Conforme Indursky (2020) atentamente lembra, é uma salvação proposta pelo sujeito que, admiravelmente em 27 anos como deputado, teve apenas dois projetos aprovados. O autor compreende o Estado atual como um antigoverno, o qual possui uma narrativa vitimista permeada de atos que promovem o medo, a desordem, a diminuição do debate público e a identificação de seguidores.

Freud (1996g) evidencia na religião a ocorrência da humanização da natureza, ou seja, a personificação de forças e destinos inalcançáveis que se tornam ilusoriamente tangíveis, evitando assim a sensação familiar e paralisante de desamparo. Vale destacar que tal transformação das forças da natureza não é substituída por representações de pares, mas por uma representação com caráter ambivalente e narcísico que, concomitantemente, protege e desampara, como a figura do pai. As relações entre massa e líder também são sustentadas pela identificação, isto é, por vínculos que não estão garantidos pela percepção

ARTIGO

da realidade ou razão, mas por uma ligação erótica, que amplamente inclui as pulsões sexuais, conhecidas como Eros. Este é uma força libidinal e primitiva que aparece nas relações humanas em sua forma mais rudimentar. A identificação tem a função de demarcar os limites do ego do sujeito em relação ao outro; desse modo, em sua essência é ambivalente, podendo tornar-se demonstração de cuidado tão facilmente quanto um desejo de afastamento de alguém (Freud, 1996g). Theodor Adorno (2018) cita ser fundamental que o amor permaneça inconsciente, retornando ao que Freud enfatiza sobre a não citação deste sentimento entre os membros do Exército e da Igreja, sendo o amor apresentado de maneira sublimada, por exemplo, em alguma imagem venerada. A referência ao amor atualmente está praticamente excluída nas massas artificiais.

Além da identificação, a ligação ao líder também é sustentada pela idealização. A massa é a reunião de sujeitos que colocaram um único e mesmo objeto como seu ideal de ego e identificaram-se entre si. Diferente da idealização, na identificação ocorre o enriquecimento do ego com a introjeção dos objetos (Freud, 1996g). Adorno (2018) reforça o aspecto primitivo e narcisista de introjetar o objeto, fazendo este tornar-se parte do sujeito. Dessa forma se elucida o motivo de o líder moderno às vezes assemelhar-se com uma ampliação do seu próprio seguidor; e o ego deste último, que é empobrecido no psiquismo, cresce junto com o líder e a massa, afastando-se do desamparo que danificaria a sua própria imagem.

Surge, então, essa figura idealizada que irá nos resgatar da crise e do desamparo, distorcendo realidades e fazendo promessas de que *irão mudar isso aí*, sem especificar o que seria o “isso aí”. O filósofo Felipe Catalani (2018) fala de a atual política não ter um programa consistente de governo e que, espantosamente, essa organização funciona ao seu favor, pois, como visto anteriormente, a flexibilidade ideológica opera como capturadora dos sujeitos. Catalani cita Adorno (1950), que percebe o discurso de agitadores fascistas em torno de uma promessa de um grande movimento, mas repara que, de fato, pouco se fala o que é tal movimento, e o que este se propõe a alcançar.

A historiadora Natália Damasceno (2018) cita o fascismo como produto do coletivo e que é necessária cautela para que não se enalteça o papel do líder a ponto de anular a responsabilidade dos seguidores e instituições. O projeto neofascista decorre de práticas cotidianas e excepcionais, podendo habitar o Congresso, as instituições, as ruas, as redes sociais, as casas, os consultórios, as nossas práticas. Portanto, apostar que a plena autoria do fascismo está na figura dos líderes pode acarretar consequências no entendimento do projeto autoritário atual. Freud (1996d) menciona a necessidade de haver renúncias pulsionais para a construção do coletivo, e que estas renúncias se expressam em forma de frustração e hostilidade nos sujeitos que experimentam o impedimento da satisfação de parte de suas pulsões através da força. Esta última, como a única capaz de reprimir algumas pulsões, faz com que se percebam tendências destrutivas na vida dos homens e, conseqüentemente, a relevância das proibições culturais no lugar da moralidade. Ou seja, a maioria das pessoas obedece às leis culturais pela coerção externa. Na massa não há a criação de características novas nos indivíduos. Acontece que os sujeitos encontram-se em uma condição oportuna e permissiva para o aparecimento de seus impulsos pulsionais inconscientes que, com o trabalho da civilização, foram reprimidos. O psiquismo do indivíduo no grupo apresenta aproximações com o aparelho psíquico do neurótico, da criança ou do primitivo, e, nessas circunstâncias, o desaparecimento da consciência e do senso de responsabilidade é previsível (Freud, 1996g).

As massas não almejam a verdade, a satisfação é encontrada nas ilusões. O teste de realidade é posto de lado, os desejos insatisfeitos são atendidos e o desamparo infantil encontra conforto. A ilusão não é uma alucinação, mas uma alteração manifesta dos desejos que não necessariamente encontra-se em desacordo com a realidade. Freud (1996d) apresenta os princípios religiosos como ilusões que informam o que não conseguimos descobrir por nós mesmos, protegendo-nos dos perigos da existência do desconhecido, realizando desejos e, também, de acordo com o olhar filogenético, trazendo recordações históricas associadas com o pai da horda primitiva. Adorno (2018) fala da ilusão imprescritível da massa de que todos são amados de forma igual pelo seu líder, ao mesmo tempo que este não ama mais ninguém, visto que esta imagem narcisista atrairá a identificação narcísica da massa, mantendo a imagem do soberano e ameaçador pai primitivo.

Há na política atual a lógica de que os representantes do povo, além de votarem pelas famílias que lhes convêm, votam por deuses, colocando-se como representantes metafísicos. Apesar de a laicidade do Estado ser assegurada pela Constituição, o Brasil é posicionado acima de tudo, marcando forte nacionalismo, mas em exceção dos messias que, possuindo a função de aniquilar os governantes injustos e libertar a “terra prometida”, estão acima de todos. Políticos tornam-se as vozes divinas, transformam-se em Messias, mas quando há uma súplica para que se faça algo, a identidade é reforçada, a despeito do fato de que o “milagre” não se realiza: *E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Sou Messias, mas não faço milagre.*

Com frequência, para um líder ser escolhido como substituto do ideal do ego é primordial que este detenha as características típicas dos sujeitos de forma explícita e acentuada, aparentando ter mais força e liberdade de libido (Freud, 1996e). O líder regularmente apresenta-se como uma personalidade que, de maneira compulsiva, dialoga sem pensar, expressando (com discursos destituídos de racionalidades) o que está latente nos sujeitos, promovendo regressões arcaicas em seus ouvintes. Outro aspecto da figura do líder acentuado por Adorno (2018) é que, ao mesmo tempo que este é o super-homem que irá realizar o milagre, concomitantemente, trata-se de uma pessoa comum. Um dos instrumentos da propaganda fascista é o conceito do “grande homem comum”, figura que retém tanto onipotência quanto a concepção de que se é apenas um sujeito ordinário, simples e trabalhador. Assim, se satisfaz o desejo da massa de submeter-se à autoridade e de ser a própria autoridade.

Na massa, a realidade é posta como secundária em relação às forças dos impulsos pulsionais, ela torna-se responsável por todo o nosso sofrimento, e a felicidade significa romper relações com ela e, ocasionalmente, recriá-la, retirando os aspectos insuportáveis e substituindo por aqueles que se relacionam de forma mais próxima com os nossos próprios desejos (Freud, 1996e). Visto que não se acomodam dúvidas sobre o que constitui a realidade ou não, a massa mostra-se tão intolerante quanto obediente, pois o respeito é pela força e qualquer manifestação de empatia é tomada como indício de fraqueza (Adorno, 2018).

Com a remoção das inibições das pulsões, a emoção é intensificada e o pensar reduzido. As ações são legitimadas, e a hostilidade tende a não ocorrer dentro da massa, pois se comporta como uma única entidade. Essa hostilidade em forma de intolerância é endereçada para os que habitam o exterior do grupo, pois, como nas religiões que se nomeiam pregadoras do amor, o amor é alcançado apenas àqueles que as seguem. Percebe-se a hostilidade sendo

justificada de forma demasiadamente racional, e esta argumentação demonstra a expressão do amor a si próprio, do narcisismo que trabalha pela preservação do sujeito excluindo o diferente (Freud, 1996g).

A VIOLÊNCIA ATUALIZADA DE NÓS A ELES

Há, nos indivíduos, como visto anteriormente, uma quantidade considerável de agressividade que busca satisfação nas relações e é função da civilização estipular limites nessas manifestações. A união de pessoas pelo amor em uma massa é sempre possível, enquanto outros sujeitos permanecem distantes para receber as expressões de agressões que, sustentadas pelo narcisismo, protegem o indivíduo de diferenças sentidas como ameaçadoras (Freud, 1996e). Assim, a massa detém uma sensação de superioridade e de indiferença em relação aos estrangeiros (Adorno, 2018).

A indiferença, de acordo com Eureka Moraes e Mônica Macedo (2011), é uma experiência traumática que produz, em decorrência do excesso de intensidades psíquicas, o desmentido da assimetria pelo semelhante que mutila o existir da criança e a possibilidade de criação de vínculos marcados pela alteridade. Este traumático é atualizado e invade o psiquismo do adulto, que reproduz, por via do ato, a experiência do excesso e do violento desamparo primitivo, no qual desestrutura o psiquismo, promovendo o esfacelamento do ego e a sensação da não existência.

Birman (2017) diferencia as vidas colocadas como primeira e segunda categorias, em que de um lado as perdas são consideradas, o trabalho de luto acontece e a comoção toma um lugar significativo, enquanto do outro, as existências são desumanizadas, as mortes não provocam mais do que o nosso silêncio e a realização do trabalho de luto é rejeitada. Esta parcela da população, colocada no lugar da indiferença, enfrenta sucessivas tentativas de sua eliminação, tanto pela morte simbólica, em que se é arrancado do lugar de sujeito, quanto pela morte real, em que há o extermínio.

Eric Landowski (2002) apresenta duas atitudes existentes do grupo que compõem o “Nós” em relação a “eles”: assimilar e excluir. A assimilação, cruelmente generosa, recebe todos, mas detém a condição de que rapidamente estes devem tornar-se como “Nós”. Pois, apesar de o grupo dominante em seu altruísmo não rejeitar ninguém, a diferença do estrangeiro permanece sendo compreendida como a falta da razão e, às vezes, como perversão. O Sr. Todo Mundo (nós) fundamenta os discursos e as práticas da assimilação na “racionalidade”, prega sobre não ter ódios, nem preconceitos, defendendo que, ao erradicar as diferenças, está amparando os estrangeiros. A condição de desumanização recebe a proposta de que ao se fundir na massa haverá acolhimento e, ao mesmo tempo, que nada se perderá, já que “eles” não existem e não possuem valor. Os sujeitos, então, modificam-se para ocupar espaços, mas, no final das contas, os lugares que habitam ainda são limitados, visto que são posicionados de acordo com o desejo de “Nós”, tornando-se, assim, objetos de gozo e fetiche. Conforme Freud (1996d), o objeto de fetiche é produzido no psiquismo como substituto do reconhecimento da falta do falo na figura feminina. O modelo do fetiche, a partir da negação da realidade e da diferença, cliva o ego em uma parte em que a percebe, enquanto a outra não. Assim, através da recusa, há a proteção narcísica do sujeito da diferença. Os indivíduos situados como objetos de fetiche são desmentidos em suas existências, reconhecidos como meros detalhes e colocados nos lugares de consumo e de espetáculo em prol do nosso próprio prazer.

O discurso com pretensão racional transforma-se facilmente em um discurso do afeto puro e simples, e o tema da assimilação em que há um “desconhecimento sobre o outro, mas justificado”, transforma-se em exclusão manifesta na fúria e no gesto passional. Podem-se notar extensas semelhanças veladas nas duas atitudes que se disseminam como se fossem inquestionavelmente opostas, mas ambas possuem um único objetivo: manter, custe o que custar, a imagem de um “Nós” integrado em sua hegemonia. Enquanto uma padroniza e engole o outro, a seguinte o elimina (Landowski, 2002).

A conjuntura atual brasileira contém uma lógica de, como chamaria Giuseppe Cocco (2020), “governo da morte”. Uma lógica pela qual, na ocasião da confirmação de dez mil óbitos causados pela COVID-19, refuta-se o fato com uma dança em volta do caixão. Não há busca de segurança, o Estado brasileiro é treinado para matar alicerçado pelo argumento de que “bandido bom é bandido morto”. A milícia, que não é apenas uma organização criminosa, mas uma ideologia, age com respaldo do Estado, que aprecia quem mata. Torturadores condenados pela justiça são homenageados, havendo incentivo ao uso da violência não prevista pela lei. A ditadura provoca sentimentos nostálgicos e a tortura é enaltecida. Birman (2017), ao falar do fascismo, apresenta o conceito de animalização do inimigo, em que se reduz o outro a um animal que pode ser torturado e assassinado.

Marcelo Freixo (2019) assinala o Brasil como um país estruturalmente racista que utiliza o sistema penitenciário como um depósito de assimilação e exclusão para os que sobram. Esses habitantes – que são encarcerados ou assassinados – têm cor preta, são jovens, moradores de periferia e de baixa escolaridade. E não interessam as condições desumanizantes com as quais essa população vive nas prisões, pois a produção da indiferença legítima a barbárie sobre alguém que sequer é visto como humano. Apesar de o Brasil ter se tornado uma república, percebe-se que não há um rompimento verdadeiro com a escravidão. Portanto, concluo que o novo prometido não passa de uma atualização (disfarçada, mas nem tanto) do reacionário. Ou seja, o novo é o encobrimento do passado histórico real que frequentemente é idealizado.

Freud, em 1895, inaugura o entendimento sobre a repetição estruturada no modelo econômico psíquico e no princípio do prazer. Existe a tendência de a excitação encontrar satisfação em caminhos já percorridos, isto é, nas vias facilitadoras que asseguram a estabilidade psíquica. Portanto, o repetir, nesse momento, está a serviço da construção de memórias. Na virada de 1920, Freud propõe uma teoria do traumatismo como produto do excesso de excitação que não encontra ligações psíquicas. Percebe a existência de uma repetição mortífera que não é atravessada pela experiência de satisfação, revelando o traumático e a tendência do psiquismo de regressar ao estado inorgânico. Conforme Moraes e Macedo (2011), enquanto a repetição neurótica é estimulada na transferência por apresentar possibilidades de elaboração, a compulsão à repetição mobiliza materiais que excedem o registro dos conteúdos recalçados, ao mesmo tempo que se coloca acima do princípio do prazer, aprisionando o sujeito à reprodução exaustiva do traumático vivido. Assim, pode-se refletir que vivemos a atualização da repetição mortífera em que o processo de elaboração, e, conseqüentemente, as mudanças, não acontecem.

Como visto anteriormente, a criação de realidades convenientes, vinculada ao princípio do prazer, torna-se dispositivo de sustentação desse contexto de repetição, da indiferença e do desmentido. Por exemplo, existe a narrativa de que o Brasil é um país amigo, cordial e que não entra em guerras. Mas não se

ARTIGO

pode esquecer que, para lidar com intensidades psíquicas e com o medo, parte dos cidadãos, além de utilizar o líder como personificação das forças, emprega a outra parcela da população como personificação do traumático. Dessa forma, estabelece constante estado de guerra em alguns segmentos da população ainda hoje. Concomitantemente a essa ideia, não podemos ocultar que o Brasil teve a sua própria constituição no período colonial sustentada por confrontos permeados pela violência e morte. Os bandeirantes foram reconhecidos como heróis enquanto escravizavam e exterminavam os indígenas, caracterizados como selvagens domesticados e salvos de suas condições. Contudo, onde estão esses povos hoje? Eles foram excluídos, exterminados e assimilados nos detalhes. Lutam por seus direitos, mas são silenciados, medidos por *arobas* e percebidos nas roupas do nosso carnaval.

Freud (1996d) expressa a sua confiança na ciência como sustentação da evolução humana na direção da maturidade. Além de questionar a ilusão como dispositivo de alívio para o que ainda é enigmático, legitimar a ciência também é o único caminho possível para o reconhecimento da prova de realidade. É evidente que o afastamento das ilusões e a primazia do intelecto sobre a vida das pulsões produzirão sensação de desamparo frente à vastidão do universo. Mas deve-se abdicar desse lugar infantil, para que as produções de saberes fortaleçam a verificação e o reconhecimento da realidade, fazendo, assim, com que o debate tome o lugar das relações ideológicas de poder, do medo, da raiva e das incessantes repetições mortíferas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi apresentada, neste trabalho, a caracterização plural e contraditória do fascismo eterno e a sua vigência atual nos discursos. As vivências estruturais nos sujeitos do desamparo, da onipotência e do que não é alcançado pela satisfação deixam marcas capazes de contribuir para a busca incessante de substitutos que amparam, ou seja, o líder e a massa. Estes, vinculados pela identificação e idealização, protegem os sujeitos oferecendo conforto ao desamparo e o sentimento de onipotência. A hostilidade inevitável dos humanos é depositada no exterior da massa, para o grupo “eles”, que vive a experiência traumática de ser situado no lugar da indiferença, ocupando a personificação do traumático e transformando-se em objeto de fetiche. O sistema penitenciário foi citado para exemplificar a repetição mortífera do antigo, e a ciência foi apresentada como dispositivo fundamental para a suspensão da compulsão à repetição, através da validação da realidade e do debate.

Marilena Silveira (2018) propõe a ética psicanalítica como ferramenta importante na sustentação de, em tempos de indiferença, considerar o outro. A escuta, articulando o individual e o social, promove a subjetividade e uma narrativa histórica que produz memórias. Há dois muros a serem atravessados pela nossa escuta. O primeiro é marcado pelo silenciamento dos sujeitos decorrente da violência traumática que não permite registros. E o segundo é definido pelas paredes dos nossos consultórios que permitem assistir de forma apática, sonolenta e distante aos descartes das vidas.

O fascismo eterno mantém-se ao nosso redor de forma disfarçada, atualizado sob novos aspectos a cada dia e em cada lugar do mundo (Eco, 2020). Mas como podemos construir saídas? É no questionamento da teoria, percebendo os temas de gênero, raça e classe como categorias psicanalíticas (Ayouch apud Falcão, 2020). É na responsabilidade ética da criação de ações coletivas que

denunciem as névoas fascistas. Ações que defrontem o desmonte das políticas públicas e que busquem a promoção e a garantia dos direitos humanos. Usar do estranhamento, das fissuras inevitáveis, da escuta e da interrogação para promover repetições modificadas que possibilitem o reconhecimento da alteridade, a construção de narrativas e de memórias. Pois quando existe a ameaça à história, à democracia e às vidas, nosso silêncio não deve ser admitido.

REFERÊNCIAS

- Adorno, T. W. (2018). **A psicanálise da adesão ao fascismo**. Recuperado de <https://blogdaboitempo.com.br/2018/10/25/adorno-a-psicanalise-da-adesao-ao-fascismo/>
- Birman, J. (2003). A sustentável leveza do psicanalista: variações sobre o desamparo e a feminilidade. In Birman, J. **Mal-estar na atualidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Birman, J. (2017). O fascismo como questão. **METAXY: Revista Brasileira de Cultura e Políticas em Direitos Humanos**, 1(2).
- Calheiros, S. M. V. (2014). **Melancolia: da perda do objeto ao luto impossível em Freud e André Green**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura) — Universidade de Brasília, Brasília, 2014.
- Catalani, F. (2018). Aspectos ideológicos do bolsonarismo. **Blog da Boitempo**. Recuperado de <https://blogdaboitempo.com.br/2018/10/31/aspectos-ideologicos-do-bolsonarismo/>
- Cocco, G. (2020). Os desafios para enfrentar Bolsonaro e o fascismo social brasileiro. Entrevista especial com Giuseppe Cocco. **IHU**. Recuperado de <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/600679-os-desafios-para-enfrentar-bolsonaro-e-o-fascismo-social-brasileiro-entrevista-especial-com-giuseppe-cocco>
- Damasceno, N. (2018). Tem que mudar tudo isso que tá aí, tá ok? **Le Monde Diplomatique**. Recuperado de <https://diplomatique.org.br/tem-que-mudar-tudo-isso-que-ta-ai-ta-ok/>
- Eco, U. (2020). **O fascismo eterno**. Rio de Janeiro: Record.
- Falcão, C. (2020, dez.). Jornada Faces da DesHumanização – Sigmund Freud Associação Psicanalítica, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.
- Finchelstein, F. (2020). Federico Finchelstein: “Vivemos um novo caminho do populismo em direção ao fascismo”. **Estado da Arte**. Recuperado de <https://estadodaarte.estadao.com.br/entrevista-finchelstein-bnfb-rodriigo-coppe/>
- Freixo, M. (2019). O que acontece nas prisões? In Lopedote, M. et al. **Corpos que sofrem** (pp. 103-113). São Paulo: Elefante.
- Freud, S. (1996a). **Além do princípio de prazer** (Obras Completas, Vol. XVIII). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1996b). **Fetichismo** (Obras Completas, Vol. XXI). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1996c). **Inibições, sintomas e ansiedade** (Obras Completas, Vol. XX). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1996d). **O Futuro de uma ilusão** (Obras Completas, Vol. XXI). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1996e). **O mal-estar na civilização** (Obras Completas, Vol. XXI). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1996f). **Projeto para uma psicologia científica** (Obras Completas, Vol. I). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1996g). **Psicologia das massas e a análise do eu** (Obras Completas, Vol. XVIII). Rio de Janeiro: Imago.

ARTIGO

- Freud, S. (1996h). **Sobre o narcisismo: uma introdução** (Obras Completas, Vol. XIV). Rio de Janeiro: Imago.
- Indursky, A. C. (2020). Psicanálise, fascismo e populismo: notas sobre a emergência do bolsonarismo no Brasil. **Teoría y Crítica de la Psicología**, **14**, 150-162.
- Konder, L. (1979). **Introdução ao fascismo**. Rio de Janeiro: Ed. Graal.
- Landowski, E. (2002). **Presenças do outro: ensaios de semiótica**. São Paulo: Perspectiva.
- Laplanche, J.; Pontalis, J.-B. (1988). **Vocabulário da psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes.
- Lispector, C. (1986). Mineirinho. **PN Review**, **13**(2).
- Moraes, E. G.; Macedo, M. M. K. (2011). **Vivência de indiferença: do trauma ao ato-dor**. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Silveira, M. (2018). Corpo torturável, ser matável. **Sig Revista de Psicanálise**, **7**(2).
- Singer, A. et al. (2020). Por que assistimos a uma volta do fascismo à brasileira. **Folha de S. Paulo**. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/06/por-que-assistimos-a-uma-volta-do-fascismo-a-brasileira.shtml>
- Stanley, J. (2018). **Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”**. Porto Alegre: L&PM Pocket.